

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
REFORMA DA SEDE DA PREFEITURA DE ITUPORANGA**

REQUISITANTE

Prefeitura Municipal de Ituporanga / Secretaria de Planejamento e Gestão de Obras

JUNHO / 2025

Sumário

1. INTRODUÇÃO	3
2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE	3
3. CONTRATAÇÃO v.s. PLANEJAMENTO – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.....	4
4. SUBCONTRATAÇÃO.....	4
5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	6
6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO	7
7. LEVANTAMENTO DE MERCADO.....	8
8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.....	9
9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO.....	10
10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS.....	12
11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO	13
12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES	15
13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS	15
14. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO	16

1. INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a fase de planejamento do processo licitatório, compatibilizando-se com o plano de contratações anual e as leis orçamentárias. O objetivo principal é analisar a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A reforma do edifício utilizado como sede da Prefeitura municipal de Ituporanga tem por finalidade gerar benefícios aos usuários e à comunidade, tais como: estética, sustentabilidade, climatização, segurança, funcionalidade e conforto.

A pintura das paredes externas promove benefícios estéticos significativos, assim como reduzem os riscos de infiltração, especialmente, porque será realizado o serviço de correção de fissuras.

A climatização da nova sala que será implementada (sala de imprensa) propõe melhoria de eficiência energética, por meio da instalação de uma máquina de refrigeração mais moderna e eficiente (*split inverter*), que resulta em redução dos custos com consumo de energia, além de contribuir com a sustentabilidade e com o conforto dos usuários.

Dentre os quesitos de segurança podemos destacar a criação de novos circuitos elétricos, com propósito de evitar riscos de sobrecargas, possíveis quedas e oscilações de energia, ou ainda, curto circuitos. Também serão implementados novos circuitos de redes lógicas, com objetivo de garantir a produtividade e eficiência dos serviços públicos, a exemplo dos processos licitatórios realizados em modo on-line (pregão eletrônico). Ainda sobre a segurança dos usuários, os sanitários do pavimento térreo serão reformados para sanar uma patologia grave e comum em edificações antigas, denominada de deslocamento de revestimento cerâmico. Portanto, a reforma dos sanitários eliminará o risco de um possível acidente por queda de placas cerâmicas.

O fechamento das sacadas com esquadrias e vidros proporcionará um melhor aproveitamento do espaço físico existente, de maneira que os ambientes tornem-se mais

funcionais e adequados às necessidades atuais, além de oferecer um melhor conforto aos usuários.

3. CONTRATAÇÃO v.s. PLANEJAMENTO – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

De acordo com o Art. 12, inciso VII, da Lei 14.133/2021, os órgãos responsáveis pelo planejamento dos entes federativos poderão, a partir de documentos de formalização de demandas, elaborar um plano de contratações anual. Este plano tem como objetivo racionalizar as contratações dos órgãos e entidades, garantir o alinhamento com o planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

Apesar de não haver, no momento, um regulamento específico para um Plano de Contratações Anual, este já está sendo elaborado conforme a Portaria nº 1605, de agosto de 2024, para o Município de Ituporanga/SC. As despesas vinculadas à Secretaria requisitante estão previstas na sua organização interna para contratação anual, assegurando a continuidade e a previsibilidade das ações governamentais.

A contratação para reforma da Prefeitura Municipal de Ituporanga, situada no bairro Centro, encontra pleno respaldo institucional. Esta contratação é compatível com o Plano Plurianual (PPA) e com as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), além de possuir adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA). Ademais, a contratação está prevista no planejamento anual de cada secretaria contratante do serviço, reforçando o compromisso da Administração Pública com a eficiência e a transparência nas suas ações.

Portanto, a reforma da Prefeitura Municipal de Ituporanga é uma iniciativa estratégica, que integra o planejamento anual do município e está alinhada com os objetivos de garantir o uso adequado do patrimônio público, por meio da manutenção predial preventiva e corretiva, conforme preconizado nas diretrizes orçamentárias e nos planos de desenvolvimento municipal.

4. SUBCONTRATAÇÃO

Conforme o Art. 122 da Lei 14.133/21, poderá haver subcontratação parcial de etapas específicas da execução das obras acerca da reforma da edificação sede da Prefeitura de Ituporanga, desde que observados os requisitos legais e as diretrizes estabelecidas no edital e no contrato.

A subcontratação deverá atender às seguintes condições:

Limite de Subcontratação: A parcela subcontratada não poderá exceder 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, garantindo que a contratada principal mantenha a responsabilidade técnica e gerencial sobre a execução global do contrato.

Crítérios para Subcontratação: Poderão ser subcontratados serviços especializados que exijam mão de obra específica ou equipamentos diferenciados, tais como:

- a) Fabricação e instalação de esquadrias de alumínio;
- b) Fabricação e instalação de bancadas de granito;
- c) Acondicionamento e transporte de entulho;
- d) Fornecimento e instalação de piso vinílico;
- e) Fornecimento e instalação de manta asfáltica;
- f) Fornecimento e instalação de espelho;
- g) Fornecimento e plantio de mudas.

Requisitos das Empresas Subcontratadas: As empresas subcontratadas deverão comprovar capacidade técnica compatível com o serviço a ser executado e atender aos critérios de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

Responsabilidade da Contratada Principal: A empresa contratada permanecerá responsável pela qualidade, segurança e conformidade dos serviços executados pelas subcontratadas, não sendo eximida de suas obrigações contratuais.

Preferência à Contratação Local: Considerando o impacto socioeconômico local, será incentivada a subcontratação de empresas sediadas no Município de Ituporanga, desde que cumpridos os requisitos de habilitação e qualificação.

Vedação à Subcontratação de Parentes: Fica expressamente vedada a subcontratação de empresas pertencentes ou administradas por cônjuges, companheiros ou parentes, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, de agentes públicos envolvidos na gestão do contrato, nos termos da legislação vigente.

Fiscalização da Subcontratação: O fiscal do contrato deverá observar rigorosamente o disposto no § 3º do Art. 122 da Lei 14.133/21, assegurando que:

- a) Os serviços subcontratados sejam executados conforme as especificações contratuais e normas técnicas aplicáveis;

- b) A subcontratada cumpra integralmente os requisitos de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista;
- c) Não haja subcontratação em percentual superior ao permitido ou desvio de finalidade na execução dos serviços;
- d) Seja garantida a economicidade e a eficiência da execução da obra, sem prejuízo à qualidade e ao interesse público.

O controle e a fiscalização dos serviços subcontratados serão realizados pelo órgão gestor da obra, conforme previsto no plano de fiscalização e gestão do contrato.

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A Concorrência terá por fundamento legal o regramento disposto no Art. 2º, inciso VI da Lei 14.133/2021.

Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e os padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento, bem como no termo de referência.

O Projeto Executivo será elaborado com os elementos necessários e suficientes, com precisão compatível ao dimensionamento da obra, de modo a assegurar a viabilidade técnica e atender os requisitos de impacto ambiental do empreendimento.

Deverá ser apresentado na contratação da obra de engenharia:

- a) Certidão de registro/quitação da contratada junto ao CREA, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único;
- b) Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnico profissional;
- c) Apresentação, por parte da contratada, de Atestado de Capacidade

Técnico- operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado.

Com base nos aspectos construtivos do projeto, vislumbra-se a sua caracterização como **obra comum** de engenharia visto que: i) os serviços a serem executados não são dependentes de tecnologia sofisticada e de domínio restrito; ii) existem contratações similares feita pela Administração Pública, em execução ou concluídas; iii) os métodos construtivos, equipamentos e materiais utilizados para sua feitura são frequentemente empregados; iv) os padrões de desempenho e qualidade são aferidas através de especificações técnicas usuais (entre estas destaca-se as elaboradas pelo DNIT e NBR); v) existem diversas empresas aptas a se habilitarem no certame licitatório.

O regime de execução da obra em pauta será de empreitada por preço global.

6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

As estimativas das quantidades para realizar a reforma da Prefeitura, no bairro centro, são baseadas em uma análise detalhada dos elementos necessários para a execução completa do projeto. Esta análise considera tanto as especificidades técnicas quanto as interdependências com outras contratações, garantindo uma abordagem abrangente e precisa.

Referências: A base da composição de custos é a tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) referente ao mês de maio de 2025. Esta tabela fornece os preços unitários de materiais, mão de obra, equipamentos e serviços, assegurando que os valores utilizados estejam atualizados e reflitam as condições do mercado.

Projetos de Engenharia: os projetos de engenharia são desenvolvidos pelo município de Ituporanga, incluindo aspectos arquitetônicos, elétricos, preventivos contra incêndio, hidráulicos e sanitários. Os projetos de engenharia (arquitetônicos, elétricos, cabeamento estruturado, climatização e hidrossanitários) serão desenvolvidos pelos servidores do município de Ituporanga com auxílio dos softwares de modelagem BIM (*Building Information Modelin*), os quais permitem extrair quantitativos precisos dos materiais necessários para execução dos Projetos.

Memórias de Cálculo e Documentação de Suporte: As quantidades estimadas

são calculadas com auxílio dos softwares autoCAD 2D/3D, archiCAD, AltoQi Eberick e AltoQi Builder, proporcionando precisão e transparência, além de justificar as quantidades necessárias.

Conclusão: A estimativa das quantidades para a contratação é realizada com base em dados precisos e atualizados, projetos técnicos detalhados e uma análise minuciosa das necessidades do projeto. Esta abordagem assegura que a contratação seja realizada de forma eficiente, transparente e dentro dos parâmetros orçamentários estabelecidos.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado para realizar a reforma da Prefeitura Municipal de Ituporanga é fundamental para garantir a viabilidade econômica e a seleção da melhor solução disponível, considerando as especificidades do projeto e as condições do mercado. Este processo envolve uma análise detalhada das alternativas possíveis, com objetivo de identificar a solução mais eficiente e econômica para a execução da obra.

Diversas alternativas foram avaliadas quanto ao regime de execução, incluindo empreitada por preço unitário, administração contratada e empreitada por preço global. Após análise criteriosa, conclui-se que a empreitada por preço global é a modalidade mais adequada para este projeto, considerando os seguintes fatores:

Previsibilidade de Custos: A empreitada por preço global proporciona uma maior previsibilidade dos custos totais do projeto, uma vez que o valor é fixado no contrato. Isso permite um melhor planejamento orçamentário e evita surpresas financeiras ao longo da execução da obra.

Transferência de Riscos: Nesta modalidade, os riscos relacionados a eventuais aumentos nos custos dos materiais e serviços são transferidos para o contratado, proporcionando maior segurança financeira à Administração Pública.

Eficiência na Gestão do Projeto: A empreitada por preço global simplifica a gestão do projeto, uma vez que a responsabilidade pela coordenação de todas as atividades e pela entrega do projeto completo recai sobre a empresa contratada. Isso reduz a necessidade de intervenções frequentes da Administração durante a execução da obra.

Transparência e Competitividade: A fixação do preço global no edital de licitação promove a transparência do processo e a competitividade entre os licitantes, garantindo que a proposta mais vantajosa seja selecionada.

Levantamento de Custos: Os custos estimados são baseados na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) referente ao mês de maio de 2025. Esta tabela é empregada a fim de obter os preços unitários de materiais, mão de obra, equipamentos e serviços, assegurando a precisão e atualidade dos valores utilizados.

Conclusão: O levantamento de mercado aponta que a empreitada por preço global é a modalidade mais adequada para a execução da reforma da edificação sede da Prefeitura de Ituporanga, bairro Centro, município de Ituporanga. Esta abordagem garante a previsibilidade dos custos, a eficiência na gestão do projeto e a transferência de riscos, promovendo uma contratação transparente e competitiva. Com base nos fatores expostos, a Administração Pública poderá conduzir o processo licitatório de maneira eficiente e segura, assegurando a realização da obra dentro dos parâmetros orçamentários e de qualidade estabelecidos.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação para a execução da reforma da Prefeitura de Ituporanga, é calculada com rigor técnico, integrando diversas referências técnicas e normativas. Este processo assegura que os valores utilizados sejam precisos, atualizados e compatíveis com as condições de mercado, garantindo a viabilidade econômica do projeto.

Composição de Custos: A composição dos custos é baseada na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) referente ao mês de maio de 2025. A tabela SINAPI fornece preços unitários detalhados de materiais, mão de obra, equipamentos e serviços, refletindo as condições de mercado e permitindo uma estimativa orçamentária confiável.

Projetos de Engenharia: Serão considerados os projetos de engenharia desenvolvidos pelo município de Ituporanga, abrangendo aspectos arquitetônicos, elétricos, sistema lógicos, climatização e hidrossanitários. Esses projetos proporcionam uma base técnica sólida para a estimativa dos custos de construção, principalmente, por se tratar de Projetos desenvolvidos em softwares de metodologia BIM (*Building Information Modeling*), os quais fornecem o quantitativo de materiais necessários para execução do Projeto.

Valor Global Estimado: A partir da integração das referências da tabela SINAPI e dos projetos de engenharia, a estimativa global do valor da contratação é de **R\$ 260.813,02 (duzentos e sessenta mil, oitocentos e treze reais e dois centavos)**. Este valor abrange todos os custos relacionados à execução da obra, incluindo:

- **Materiais de Construção:** Custo de aquisição de todos os materiais necessários para a obra.
- **Mão de Obra:** Salários e encargos trabalhistas dos profissionais envolvidos na construção.
- **Equipamentos:** Locação e manutenção de equipamentos utilizados na obra.
- **Serviços:** Custos de serviços especializados, como topografia, geotecnia e consultorias técnicas.
- **Despesas Adicionais:** Custos com transporte, logística, licenças e autorizações necessárias.

Justificativa dos Valores: A utilização da tabela SINAPI e dos projetos de engenharia específicos garantem a precisão e a atualidade dos valores estimados.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A decisão sobre o parcelamento ou não da contratação para a execução da reforma da Prefeitura de Ituporanga é fundamentada em uma análise criteriosa das características do projeto e das melhores práticas de gestão de obras públicas. Para obras de engenharia que exigem a execução de múltiplos projetos, simultaneamente, em que os diferentes profissionais (pedreiro, eletricista, pintor, entre outros) devem trabalhar em cooperação para conclusão das etapas da obra, recomenda-se a adoção da modalidade de contratação de empreitada por preço global. As justificativas para essa decisão são detalhadas a seguir.

Natureza do Projeto de Construção: A reforma da Prefeitura de Ituporanga é um projeto de obra civil que envolve múltiplas disciplinas, como arquitetura, engenharia civil, elétrica, lógica, climatização e hidrossanitária. A execução integrada de todas essas disciplinas é essencial para garantir a coesão, a qualidade e a eficiência do projeto. O parcelamento da contratação poderia gerar descoordenação entre as diferentes equipes ao longo das diferentes fases da obra, comprometendo a qualidade final e aumentando os riscos de atrasos e sobrecustos.

Eficiência na Gestão do Projeto: A contratação empreitada por preço global, sem parcelamento, simplifica a gestão do projeto, uma vez que toda a responsabilidade pela execução completa da obra recai sobre a empresa contratada. Isso facilita a supervisão e o controle do progresso da obra, reduzindo a necessidade de intervenções frequentes da Administração Pública e melhorando a eficiência na comunicação e na resolução de problemas.

Previsibilidade e Controle de Custos: A adoção da modalidade de empreitada por preço global proporciona maior previsibilidade e controle dos custos totais do projeto. Ao fixar um valor global no contrato, evitam-se variações significativas nos custos durante a execução da obra, assegurando que o orçamento inicialmente aprovado seja mantido. Essa abordagem oferece uma segurança financeira maior para a Administração Pública, permitindo um planejamento orçamentário mais preciso.

Transferência de Riscos: No regime de empreitada por preço global, os riscos relacionados a eventuais aumentos nos custos dos materiais e serviços são transferidos para a empresa contratada. Isso minimiza os riscos financeiros para a Administração, garantindo que o projeto seja executado dentro dos parâmetros estabelecidos no contrato, independentemente de flutuações de mercado ou outros imprevistos.

Integração das Etapas do Projeto: A execução integrada das diferentes etapas da obra, sem parcelamento, assegura a continuidade e a coesão do projeto. Todas as atividades, desde a demolição até os acabamentos finais, são coordenadas pela mesma empresa, garantindo que os padrões de qualidade sejam mantidos ao longo de todo o processo. Isso é particularmente importante em projetos de reforma, onde a integração dos serviços será crucial para o bom funcionamento da edificação.

Simplificação do Processo Licitatório: A não realização do parcelamento simplifica o processo licitatório, reduzindo a quantidade de documentos e procedimentos necessários para a contratação. Isso acelera o início das obras e diminui a carga administrativa sobre os órgãos responsáveis, permitindo uma alocação mais eficiente dos recursos humanos e materiais.

Conclusão: Diante das características do projeto e das melhores práticas de gestão de obras públicas, a decisão de não parcelar a contratação para a reforma da Prefeitura de Ituporanga é justificada pela necessidade de garantir a qualidade, a eficiência e a previsibilidade da execução do projeto. A modalidade de empreitada por preço global

oferece uma solução integrada e segura, garantindo a entrega de uma infraestrutura adequada e funcional para o município.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A execução da reforma da Prefeitura de Ituporanga visa alcançar uma série de resultados pretendidos, alinhados com os objetivos estratégicos da Administração Pública e as necessidades da população local. Os principais resultados esperados são:

Prevenção de infiltração: A correção das micro e pequenas fissuras existentes beneficia a estanqueidade da edificação, evitando o surgimento de pontos de umidade ou infiltração no interior da edificação, além de aumentar a vida útil do revestimento em argamassa (emboço).

Melhoria da Estética: A restauração da fachada externa da edificação, por meio do serviço de pintura, representa uma benfeitoria relevante da aparência da edificação, garantindo assim, a valorização do patrimônio público.

Otimização do Espaço Físico Existente: O fechamento das sacadas com esquadrias e vidros otimiza o aproveitamento do espaço físico existente, tornando os ambientes mais funcionais e adequados às necessidades atuais.

Adequação às Demandas: A criação da sala de Imprensa torna-se necessária para suprir a demanda de uma modernidade globalizada. Para tanto, propõe-se um sistema de climatização eficaz, assegurado pelo uso de máquinas de refrigeração eficientes (ex: *split inverter*), com objetivo de reduzir os custos com consumo de energia, além de contribuir com a sustentabilidade e o conforto dos usuários.

Eficiência Energética: Emprego de máquinas de climatização eficazes (Eficiência Energética Nível A).

Conforto dos Usuários: Sistema de climatização que garanta as condições de salubridade aos usuários.

Segurança dos Usuários: Os sanitários do pavimento térreo devem ser reformados pois existe revestimento cerâmico com risco de deslocamento.

Proteção do Patrimônio Público: A criação de novos circuitos elétricos é

necessária para sanar as quedas e oscilações de energia existente na sala técnica (secretaria de planejamento), evitando assim, danos aos computadores públicos. A sobrecarga do circuito existente foi causado pelo aumento do quadro de servidores e pela aquisição de novos computadores com capacidade de desenvolver Projetos em BIM (*Building Information Modeling*).

Aumento de Produtividade: A implementação de novos circuitos de rede lógica garante a produtividade e eficiência dos serviços públicos, uma vez que os cabos de rede UTP (categoria 6) permitem o uso da internet de maneira estável, reduzindo significativamente as perdas, quedas e oscilações de sinal.

Em síntese, a reforma da Prefeitura municipal de Ituporanga promove a conservação do patrimônio público através da manutenção predial preventiva e corretiva, além de gerar o aprimoramento das instalações existentes.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Antes da celebração do contrato para a reforma da Prefeitura de Ituporanga, diversas providências administrativas devem ser adotadas para assegurar a conformidade legal, a transparência e a eficiência na execução do projeto. Essas providências são fundamentais para garantir que a contratação ocorra de maneira organizada e dentro dos parâmetros estabelecidos pela legislação vigente.

Formalização das Demandas: As demandas relacionadas à sede da Prefeitura de Ituporanga foram formalizadas por meio de recurso próprio, fundo: Município de Ituporanga. É essencial que toda a documentação seja revisada e consolidada, garantindo que todas as exigências legais e administrativas sejam atendidas.

Capacitação dos Servidores: Os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato devem receber capacitação específica para desempenhar suas funções de maneira eficiente. Esta capacitação inclui treinamentos em gestão de contratos, fiscalização de obras e práticas de sustentabilidade, assegurando que os servidores permaneçam aptos a fiscalizar todas as etapas do projeto.

Elaboração do Projeto Executivo: O Projeto Executivo deve ser detalhadamente elaborado, abrangendo todas as disciplinas necessárias, como arquitetura, instalações elétricas, lógicas, climatização, hidráulicas e sanitárias.

Revisão dos Documentos de Licitação: Todos os documentos de licitação, incluindo o edital, o termo de referência e a minuta de contrato, devem ser revisados minuciosamente. Esta revisão é crucial para assegurar a clareza e a conformidade com a Lei 14.133/2021, bem como para evitar ambiguidades ou lacunas que possam comprometer o processo licitatório.

Publicação e Divulgação: O edital de licitação deverá ser publicado e divulgado amplamente, conforme os preceitos legais, garantindo a transparência do processo e a ampla participação de potenciais licitantes. A publicação deve ocorrer em veículos oficiais e plataformas digitais acessíveis, de modo a propiciar a participação de empresas qualificadas.

Avaliação das Propostas: A avaliação das propostas apresentadas pelas empresas licitantes deverá ser conduzida de maneira criteriosa e imparcial, observando os critérios estabelecidos no edital. Esta avaliação inclui a verificação da documentação de habilitação, a análise das propostas técnicas e a conformidade com os requisitos estabelecidos no Projeto Executivo.

Planejamento da Fiscalização: Um plano detalhado de fiscalização da obra deve ser elaborado, estabelecendo as diretrizes para o acompanhamento contínuo do progresso do projeto. Este plano deve incluir a frequência das inspeções, os pontos de verificação e os critérios de avaliação da qualidade dos serviços prestados.

Coordenação com Órgãos Competentes: A coordenação com órgãos competentes, como o CREA, deve ser mantida ao longo de todo o processo, assegurando que todas as exigências regulamentares sejam atendidas. A obtenção de licenças e autorizações necessárias deve ser priorizada para evitar atrasos no cronograma da obra.

Conclusão: : As providências administrativas prévias ao contrato são essenciais para garantir a conformidade legal, a eficiência na execução do projeto e a transparência no uso dos recursos públicos. A adoção dessas medidas assegura que a construção da reforma do edifício sede da Prefeitura de Ituporanga ocorra de maneira organizada, atendendo às expectativas da Administração Pública e da população local.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A execução da reforma do edifício sede da Prefeitura de Ituporanga envolve projetos específicos, os quais podem apresentar interdependências com outras contratações e iniciativas municipais, como por exemplo, o projeto Paisagístico. A seguir, são descritas as principais contratações correlatas e interdependentes que foram identificadas.

Após a conclusão das obras, a contratação do serviço de manutenção será fundamental para garantir a conservação e a estética do paisagismo. Isso inclui os cuidados com rega, adubação, poda e limpeza, assim como a adequada destinação final dos resíduos orgânicos (poda) e industrializados (adubos químicos).

13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

A execução da reforma da Prefeitura de Ituporanga será realizada com rigorosos cuidados ambientais, assegurando que os impactos negativos sejam minimizados e que as medidas mitigadoras necessárias sejam implementadas.

Análise de Impacto Ambiental: Antes do início das obras, foi conduzida uma análise de impacto ambiental para identificar os potenciais efeitos da obra no meio ambiente local. Os resultados desta avaliação foram considerados no planejamento do projeto para garantir que as práticas de construção adotadas sejam ambientalmente responsáveis.

Medidas Mitigadoras: As seguintes medidas mitigadoras serão adotadas para minimizar os impactos ambientais durante a reforma da Prefeitura de Ituporanga:

- Gestão de Resíduos: Todos os resíduos gerados durante a execução da obra serão manejados de acordo com as normas ambientais vigentes, incluindo a segregação, armazenamento, transporte e disposição final dos materiais recicláveis e não recicláveis.
- Controle de Emissões Atmosféricas e Ruído: Equipamentos e máquinas utilizados na construção serão mantidos em bom estado de conservação para minimizar as emissões de poluentes atmosféricos e ruídos. Técnicas de supressão de poeira, como a aspersão de água, também poderão ser

empregadas para reduzir a dispersão de partículas no ar ou demais soluções ambientais que se tornem necessárias.

- Uso Eficiente de Recursos Naturais: Serão adotadas práticas de construção sustentáveis, incluindo o uso eficiente de água e energia. Tecnologias e materiais que promovam a eficiência energética e a conservação de recursos naturais serão priorizados.
- Licenciamento Ambiental: A obtenção de todas as licenças e autorizações ambientais necessárias serão priorizados para assegurar a conformidade com a legislação ambiental. O licenciamento ambiental incluirá a aprovação dos órgãos competentes e a implementação de todas as condições impostas para a execução das obras.
- Monitoramento Ambiental: Durante toda a fase de construção, será realizado um monitoramento ambiental contínuo para verificar a eficácia das medidas mitigadoras implementadas. Serão conduzidas inspeções regulares e relatórios periódicos de monitoramento, documentando o cumprimento das normas ambientais e a mitigação dos impactos identificados.
- Educação e Sensibilização Ambiental: A equipe de construção será orientada quanto à importância da proteção ambiental e às práticas sustentáveis. Sempre que necessário, campanhas de educação ambiental serão conduzidas para promover a conscientização e o engajamento de todos os envolvidos no projeto.

Conclusão: A reforma do edifício sede da Prefeitura de Ituporanga será realizada com um compromisso firme com a sustentabilidade e a proteção ambiental. As medidas mitigadoras e práticas de gestão ambiental adotadas garantirão que o projeto seja conduzido de maneira responsável, minimizando os impactos negativos e promovendo um desenvolvimento sustentável para a comunidade local.

14. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Após uma análise criteriosa dos aspectos técnicos, econômicos, sociais e ambientais envolvidos no projeto de reforma do edifício sede da Prefeitura Municipal de Ituporanga, é possível concluir que a contratação é essencial para o atendimento das necessidades atuais da Administração Pública.

Adequação Técnica: O projeto de reforma do edifício sede da Prefeitura de Ituporanga considera análises de impacto ambiental e projetos de engenharia detalhados. A adoção da empreitada por preço global proporciona maior previsibilidade e controle sobre os custos e a execução do projeto.

Adequação Econômica: A estimativa de valor da contratação, baseada na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) de maio de 2025, garante que os custos sejam precisos e atualizados. A análise de mercado demonstrou que a empreitada por preço global é a modalidade mais eficiente para a execução do projeto, promovendo a racionalização dos recursos públicos e a maximização dos benefícios econômicos. O valor total estimado de R\$ 260.813,02 (duzentos e sessenta mil, oitocentos e treze reais e dois centavos) foi calculado com transparência e justificado com base em composições de custos detalhadas.

Adequação Institucional: A contratação está plenamente alinhada com o Plano Plurianual (PPA), as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). A Portaria nº 1605, de agosto de 2024, estabelece a elaboração do Plano de Contratações Anual para o Município de Ituporanga, reforçando o compromisso com a eficiência e a transparência nas contratações públicas. A integração desta contratação no planejamento anual das secretarias municipais assegura a continuidade e a coerência das ações governamentais.

Impacto Social e Comunitário: A reforma do edifício principal da Prefeitura Municipal de Ituporanga é uma resposta direta à necessidade emergente de atender a atual demanda da Administração Pública, por meio do melhor aproveitamento do espaço físico existente, bem como valorização do Patrimônio Público, através da manutenção predial preventiva e corretiva.

Sustentabilidade Ambiental: O projeto incorpora práticas de construção sustentável e medidas mitigadoras para minimizar os impactos ambientais. A obtenção das licenças ambientais e a implementação de técnicas de gestão ambiental refletem o compromisso com a responsabilidade socioambiental e o desenvolvimento sustentável.

Conclusão: Diante dos fatores técnicos, econômicos, institucionais, sociais e ambientais analisados, a contratação de empresa especializada para reformar o edifício sede da Prefeitura Municipal de Ituporanga é plenamente adequada. Este projeto é vital

para atender às demandas da Administração pública e garantir a eficiência das ações governamentais.

Henrique Duarte Sales Carvalho
Engenheiro Civil
CREA/SC 119279-5